



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Relatório de Audiência

Dia: 30 de Novembro de 2010

Hora: 16h00

N.º 68/XI (2.ª)

ENTIDADE: Sindicatos Representativos dos trabalhadores da Groundforce, representados por Miguel Kadosch (SINTAC), André Teives (STHA), José Maridalho (SIMA), José Simão (SITAVA), e Comissão de Trabalhadores da SPdH, representada por Armando Costa e Fernando Henriques.

ASSUNTO: Despedimento colectivo de mais de 330 trabalhadores da Escala de Faro

Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa e Anabela Freitas (PS), Maria das Mercês Borges (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).

Os requerentes da audiência – que foi integralmente gravada e se encontra disponível para consulta - começaram por lembrar que, 15 dias após terem sido recebidos em audiência por membros da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, aconteceram os factos relatados pela comunicação social. Assim, a 9 de Novembro foi enviado um e-mail a convocar a Comissão de Trabalhadores para uma reunião de trabalho e, no dia seguinte, 10 de Novembro, a Comissão de Trabalhadores foi surpreendida com a notícia do Público relativa ao despedimento colectivo, e concluiu que não havia qualquer intenção de reunir por parte dos representantes da Empresa.

Prosseguiram dizendo que, no âmbito do processo de despedimento colectivo, apresentaram a proposta que se anexa ao presente relatório e que foi recusada nos termos referenciados, o que permite concluir que não há falta de trabalho.

Lembraram que o que está em causa é a gestão danosa que tem sido prosseguida por duas empresas – a Groundforce e a Portway - que fazem dumping tarifário no handling e tanto assim é que, em 2004, os lucros da Groundforce foram de 2,2 milhões de Euros; em 2005 de 3,8 milhões de Euros; em 2006 de 6,1 milhões de Euros e, em 2007, os prejuízos foram de 30 milhões de Euros (o que está documentado no relatório de contas publicado no final de 2008 contra todas as regras legais),

exactamente o mesmo valor de lucros recorde obtidos pela TAP nesse ano e que teve como consequência que cada membro do Conselho de Administração recebesse um prémio de aproximadamente 600 000 Euros. Quanto aos demais anos, verificaram-se sempre prejuízos: em 2008, 28 milhões de Euros; em 2009, 26 milhões de Euros e, em 2010, 20 milhões de Euros.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) explicou que, naquela audiência, não estava presente o Deputado Bruno Dias do PCP por se encontrar na reunião da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações a decorrer na sala ao lado, com a presença do Engenheiro Fernando Pinto.

Relativamente à situação exposta, que qualificou de obscena, disse que não havia qualquer racionalidade numa situação em que duas empresas tuteladas pelo Estado se tentam anular uma à outra num processo deliberado de destruição de ambas para eventual entrega do serviço prestado a um terceiro, eventualmente privado.

Propôs que a CTSSAP enviasse uma pergunta com carácter de urgência ao MOPTC questionando a estratégia que pretende prosseguir no sector do handling.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) começou por esclarecer que o CDS-PP defende menos Estado mas um Estado mais eficaz, solidário e presente. No caso em apreço, o Estado está presente mas importa questionar se está a defender os seus interesses e os dos trabalhadores, o que não se verifica. Aliás, o Engenheiro Fernando Pinto vai-se mantendo na mesma posição há dez anos e os ministros e secretários de Estado vão passando... Facto é que a Groundforce continua a ser um braço da TAP e que, de 2003 a 2007, deu lucro. Só com o novo conselho de administração nomeado em 2007 é que começou a dar prejuízos.

Concluiu dizendo que não era admissível optar por uma estratégia de falência fraudulenta nem despedir os trabalhadores da forma como o foram, por e-mail, ainda para mais quando se adivinha um certo oportunismo na sua substituição por trabalhadores temporários, situação em que é criado um duplo encargo para o Estado.

Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse estar indignada relativamente aos factos relatados, designadamente quanto à situação de a Autoridade da Concorrência estar a servir de escudo para a empresa proceder àquele despedimento, cujo parecer pode ser consultado em http://www.concurrences.com/IMG/pdf/2009_12_40_Portugal01Doc_Merger.pdf. Cumprimentou os 336 trabalhadores da escala de Faro pela proposta digna apresentada e lamentou profundamente que a administração não tivesse apresentado uma contraproposta igualmente digna.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) comentou que, infelizmente, nenhum dos factos referenciados é muito novo. Propôs que fosse pedido o ponto da situação, com carácter de urgência, à Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social e ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e lembrou que a 9.ª Comissão está a desenvolver uma série de audições a que a 11.ª poderá associar-se.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou que a exposição dos requerentes da audiência tinha sido de tal forma detalhada que já pouco haveria para dizer. Em todo o caso, não quis deixar de referir que se estava perante um processo político gizado com propostas políticas de direcção económica: com a transposição da Directiva que regula o sector, o processo tomou um rumo que não tinha de ser aquele; agora a Portway, com a privatização da ANA, irá assumir o lugar da Groundforce. Por último, disse estar de acordo com a proposta apresentada pela Senhora Deputada Maria José Gamboa.

Conclusão: foi deliberado pedir esclarecimentos à **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social e ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** sobre a matéria exposta no presente relatório e no documento anexo com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

Palácio de São Bento, em 7 de Dezembro de 2010.

A DÉPUTADA DO PS,



(Maria José Gamboa)

Em anexo: proposta apresentada pela Comissão de Trabalhadores da SPdH em 22 de Novembro de 2010.

Informação aos Grupos Parlamentares

Proposta apresentada pela Comissão de Trabalhadores, à Empresa no decorrer da reunião, de ontem (22 de Novembro às 15h30m) de negociação com a presença do Ministério do Trabalho!

1. Principal prioridade: não encerrar a actividade na Escala de Faro e consequentemente, manter postos de trabalho, na região.
2. Adaptar os recursos à realidade de cada momento, com mais carga horária no Verão e menos no Inverno. (o rácio horário é calculado anualmente)
3. Proibição de gozo de férias no Verão.
4. Não pagamento de feriados com o coeficiente de 100%. (0,5 Milhões € - dados oficiais da Empresa)
5. Não pagamento de horas extra.
6. Não pagamento de horas nocturnas.
7. Intervalo para refeição até 5 horas, permitindo que o mesmo trabalhador possa ser alocado em dois períodos de pico operacional diário (um de manhã, outro) Esta medida duplica os recursos mantendo o custo inalterado.
8. 21 Pré-reformas.
9. Rescisões propostas aos 50 trabalhadores com mais antiguidade na Escala de Faro (os 75 trabalhadores mais antigos correspondem a 3,1 Milhões de €/Ano - dados oficiais da Empresa).
10. Transferência definitiva de 100 trabalhadores para a Escala de Lisboa e Porto. (em Lisboa existem 700 trabalhadores subcontratados) (100 Trabalhadores corresponde a 4,0 Milhões de € - dados oficiais da Empresa) Em Lisboa estão neste momento a passar ao quadro da Empresa cerca de 70 Trabalhadores.
11. Congelamento Salarial durante 2 anos, para a Empresa toda. (ausência de qualquer agravamento salarial, seja em que componente for!)
12. O total de custo retirado à Escala é 7,6 Milhões de Euros (sem contemplar outras prerrogativas/outros custos de menor expressão)

O inacreditável, foi-nos transmitido pelos representantes da Empresa no fim em resposta à nossa proposta:

1º a nossa proposta só retirava 2 Milhões de € de custo da Escala (???)

2º o número de trabalhadores a ficar na Escala de faro, de acordo com a nossa proposta era insuficiente, ou seja "165 não chega, porque são precisos 220" sic.

Com os nossos melhores cumprimentos

Lisboa, 23 de Novembro às 17h:50m

A Comissão de Trabalhadores e os peritos: André Teives, José Maridalho, José Simão, Miguel Kadosch e José Duarte